

SIMPÓSIO 109

Modalidade de Realização:

Online

Simpósio:

VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS E DIREITOS COLETIVOS:
IDENTIDADES E GRUPOS MARGINALIZADOS EM RISCO FRENTE ÀS CRISES
ECOLÓGICAS

Eixo Temático:

4 - Direitos Humanos e Pessoas/Grupos em Situação de Vulnerabilidade;

Coordenadores:

Nome da Coordenadora 1: Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega

Vinculação Institucional: Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP)

Resumo Curricular: Pesquisadora bolsista produtividade do CNPq e extensionista, com Pós-doutorado em Filosofia do Direito pela Universidade de Coimbra, Doutorado e Mestrado em Direito pela PUC SP. É professora titular da Universidade Federal de Goiás, com atuação no Programa de Pós-graduação em Direito Agrário, e no Programa de Pós-graduação em Direitos Coletivos e Cidadania da Universidade de Ribeirão Preto. É membro de redes internacionais de produção e difusão do conhecimento e avaliadora *ad hoc* da Capes, FAPEG e FAPEMIG. É editora da Revista da Faculdade de Direito da UFG.

Nome do Coordenador 2: Alexandre Celioto Contin

Vinculação Institucional: Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP)

Resumo Curricular: Doutorando em Direitos Coletivos e Cidadania pela Universidade de Ribeirão Preto (bolsista CNPq). Mestre em Direitos Coletivos e Cidadania (bolsista CAPES) pela Universidade de Ribeirão Preto. Especialista em Direito Penal e Processo Penal e Bacharel em Direito, ambos pela PUC-MG. É Professor da graduação em Direito no Centro Universitário Barão de Mauá, na Escola Superior de Pesquisa e Desenvolvimento (ESPD) e na Faculdade Regional de Espírito Santo do Pinhal (Unipinhal).

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

O projeto constitucional de um meio ambiente ecologicamente equilibrado continua inacabado, apesar da promessa da Constituição Federal de 1988, promulgada há mais de três décadas. Isso evidencia uma possível crise de efetividade do direito constitucional ambiental, que desafia as categorias tradicionais da dogmática jurídica. O agravamento progressivo dos desastres climáticos no Brasil (e no mundo) impõe à pesquisa jurídica e socioambiental o desafio de compreender as múltiplas dimensões que moldam a exposição diferencial da



população ao risco. Nesse cenário, o presente simpósio propõe uma análise crítica e interdisciplinar sobre os fatores socioeconômicos e territoriais que condicionam a distribuição assimétrica dos impactos das crises ecológicas contemporâneas sobre grupos e identidades vulnerabilizadas, bem como sobre como a degradação da natureza representa (mais do que perda física ou biológica) uma ameaça direta à existência, à memória e aos modos de vida de populações tradicionais, comunidades periféricas e minorias historicamente marginalizadas. O debate orientar-se-á pela premissa de que a efetivação dos Direitos Humanos exige a tutela dos direitos coletivos como instrumento de resistência às injustiças climáticas, razão pela qual busca-se reunir pesquisas que evidenciem injustiça climáticas, problematizem lacunas na proteção jurídica e/ou proponham novos arranjos dogmáticos e processuais para a defesa dessas coletividades historicamente atingida, repensando o papel do Direito na construção de um futuro equitativo e na concreção da cidadania ecológica. Em suma, propõe-se como linhas de debates:

Linha 1: Justiça Climática e Racismo Ambiental;

Linha 2: Estado Socioambiental de Direito e Tutela Coletiva da Identidade, Memória e Território.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)

Inglês (X)

Francês (X)

Espanhol (X)

SYMPOSIUM

Modality:

Online

Symposium:

SOCIO-ENVIRONMENTAL VULNERABILITIES AND COLLECTIVE RIGHTS:
IDENTITIES AND MARGINALIZED GROUPS AT RISK IN THE FACE OF
ECOLOGICAL CRISES

Thematic area:

4 – Human Rights and People/Groups in Situations of Vulnerability;

Coordinators:

Name of Coordinator 1: Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega

Institution: Universidade Federal de Goiás and Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP)

Curricular Summary: CNPq Research Productivity Fellow and extensionist, with a Postdoctorate in Philosophy of Law from the Universidade de Coimbra, and a Ph.D. and Master's degree in Law from PUC-SP. She is a Full Professor at the Universidade Federal de Goiás, acting in the Graduate Program in Agrarian Law, and in the Graduate Program in Collective Rights and Citizenship at the Universidade de Ribeirão Preto. She is a member of international networks for the production and dissemination of knowledge, and an *ad hoc* evaluator for CAPES, FAPEG, and FAPEMIG. She is the editor of the UFG Law Journal.

Name of Coordinator 2: Alexandre Celioto Contin

Institution: Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP)

Curricular Summary: Ph.D. candidate in Collective Rights and Citizenship at Universidade de Ribeirão Preto (CNPq Fellow). Master's in Collective Rights and Citizenship (CAPES Fellow) from Universidade de Ribeirão Preto. Specialist in Criminal Law and Criminal Procedure, and Bachelor of Laws, both from PUC-MG. He is an undergraduate Law professor at Centro Universitário Barão de Mauá, Escola Superior de Pesquisa e Desenvolvimento (ESPD), and Faculdade Regional de Espírito Santo do Pinhal (Unipinhal).

Line(s) of discussion (symposium description):

The constitutional project of an ecologically balanced environment remains unfinished, despite the promise of the Federal Constitution of 1988, promulgated over three decades ago. This highlights a potential crisis in the effectiveness of constitutional environmental law, which challenges the traditional categories of legal dogmatics. The progressive worsening of climate disasters in Brazil (and worldwide) imposes on legal and socio-environmental research the challenge of understanding the multiple dimensions that shape the differential exposure of the population to risk. In this context, the present symposium proposes a critical and



interdisciplinary analysis of the socioeconomic and territorial factors that condition the asymmetrical distribution of the impacts of contemporary ecological crises on vulnerable groups and identities, as well as how the degradation of nature represents (more than physical or biological loss) a direct threat to the existence, memory, and ways of life of traditional populations, peripheral communities, and historically marginalized minorities. The debate will be guided by the premise that the realization of Human Rights requires the protection of collective rights as an instrument of resistance against climate injustices. For this reason, the symposium seeks to gather research that highlights climate injustices, problematizes gaps in legal protection, and/or proposes new dogmatic and procedural arrangements for the defense of these historically affected collectivities, rethinking the role of Law in building an equitable future and in the materialization of ecological citizenship. In summary, the following lines of debate are proposed:

Line 1: Climate Justice and Environmental Racism;

Line 2: Socio-environmental Rule of Law and Collective Protection of Identity, Memory, and Territory.

Languages of abstracts that will be accepted for presentation:

Portuguese (X)

English (X)

French (X)

Spanish (X)

SIMPOSIO

Tipo de implementación:

En línea

Simposio:

VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTALES Y DERECHOS COLECTIVOS:
IDENTIDADES Y GRUPOS MARGINADOS EN RIESGO FRENTE A LAS CRISIS
ECOLÓGICAS

Eje temático:

4 – Derechos Humanos y Personas/Grupos en Situación de Vulnerabilidad;

Coordinadores:

Nombre de la Coordinadora 1: Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega

Vinculación Institucional: Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP)

Resumen curricular: Investigadora becaria de productividad del CNPq y extensionista, con Posdoctorado en Filosofía del Derecho por la Universidade de Coimbra, Doctorado y Maestría en Derecho por la PUC SP. Es profesora titular de la Universidade Federal de Goiás, con actuación en el Programa de Posgrado en Derecho Agrario, y en el Programa de Posgrado en Derechos Colectivos y Ciudadanía de la Universidade de Ribeirão Preto. Es miembro de redes internacionales de producción y difusión del conocimiento y evaluadora *ad hoc* de la Capes, FAPEG y FAPEMIG. Es editora de la Revista da Faculdade de Direito da UFG.

Nombre del Coordinador 2: Alexandre Celioto Contin

Vinculación Institucional: Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP)

Resumen curricular: Doctorando en Derechos Colectivos y Ciudadanía por la Universidade de Ribeirão Preto (becario del CNPq). Magíster en Derechos Colectivos y Ciudadanía (becario de la CAPES) por la Universidade de Ribeirão Preto. Especialista en Derecho Penal y Procesal Penal y Licenciado en Derecho, ambos por la PUC-MG. Es Profesor de grado en Derecho en el Centro Universitário Barão de Mauá, en la Escola Superior de Pesquisa e Desenvolvimento (ESPD) y en la Faculdade Regional de Espírito Santo do Pinhal (Unipinhal)

Línea (s) de discusión (descripción del Simposio):

El proyecto constitucional de un medio ambiente ecológicamente equilibrado sigue inacabado, a pesar de la promesa de la Constitución Federal de 1988, promulgada hace más de tres décadas. Esto evidencia una posible crisis de efectividad del derecho constitucional ambiental, que desafía las categorías tradicionales de la dogmática jurídica. El agravamiento progresivo de los desastres climáticos en Brasil (y en el mundo) impone a la investigación jurídica y socioambiental el desafío de comprender las múltiples dimensiones que moldean la



exposición diferencial de la población al riesgo. En este escenario, el presente simposio propone un análisis crítico e interdisciplinario sobre los factores socioeconómicos y territoriales que condicionan la distribución asimétrica de los impactos de las crisis ecológicas contemporáneas sobre grupos e identidades vulnerabilizadas, así como sobre cómo la degradación de la naturaleza representa (más que una pérdida física o biológica) una amenaza directa a la existencia, a la memoria y a los modos de vida de poblaciones tradicionales, comunidades periféricas y minorías históricamente marginadas. El debate se orientará por la premisa de que la materialización de los Derechos Humanos exige la tutela de los derechos colectivos como instrumento de resistencia a las injusticias climáticas, razón por la cual se busca reunir investigaciones que evidencien injusticias climáticas, problematicen lagunas en la protección jurídica y/o propongan nuevos arreglos dogmáticos y procesales para la defensa de estas colectividades históricamente afectadas, repensando el papel del Derecho en la construcción de un futuro equitativo y en la concreción de la ciudadanía ecológica. En suma, se proponen como líneas de debate:

Línea 1: Justicia Climática y Racismo Ambiental;

Línea 2: Estado Socioambiental de Derecho y Tutela Colectiva de la Identidad, Memoria y Territorio.

Idioma de los resúmenes que serán aceptados para la presentación:

Portugués (X)

Inglés (X)

Francés (X)

Español (X)